
A política externa brasileira e a crise no Atlântico Sul

reflexões sobre as Malvinas

CELSO LAFER

Na análise da política externa de um país convém, analiticamente, levar em conta duas dimensões distintas porém complementares. A primeira diz respeito às normas de funcionamento da ordem mundial num dado momento. A segunda trata de esclarecer a maneira pela qual um país se insere na dinâmica de funcionamento da ordem mundial, incluindo-se no estudo desta inserção suas relações bi e multilaterais.

Creio que uma rápida análise destas duas dimensões é importante como passo prévio para um estudo da posição da diplomacia brasileira na recente crise do Atlântico Sul, que teve como epicentro o confronto bélico entre a Argentina e a Grã-Bretanha provocado pelo problema das Malvinas.

IDo ponto de vista da dinâmica de funcionamento do sistema internacional, parece claro que existe, hoje em dia, no plano mundial, uma cisão entre ordem e poder. O tradicional poder de gestão do sistema internacional, classicamente exercido pela ação das grandes potências, está em crise. Esta crise se traduz tanto no plano estratégico-diplomático, quanto no campo econômico, pela erosão do padrão de previsibilidade das relações entre os diversos protagonistas da vida internacional.

No campo econômico, além do aprofundamento das tensões Norte/Sul, cabe mencionar que o parâmetro do razoável não mais se adapta, na década de 80, às normas previstas nas instâncias reguladoras — tipo GATT e FMI — criadas no segundo após-guerra para imprimir um mínimo de coerência necessária ao processo de transferência internacional de recursos (bens, capital, tecnologia) num mercado de alcance mundial.

No campo das relações estratégico-diplomáticas verifica-se, igualmente, uma erosão de previsibilidade. É certo que as armas atômicas criaram um certo tipo

de equilíbrio de terror, que se mantém até hoje como o parâmetro da paz em escala mundial. Entretanto, o uso da força armada, em contextos regionais, não mais se ajusta às normas e às instâncias formais e informais que, no segundo após-guerra, configuraram o razoável para as grandes potências, em termos do conflito Leste/Oeste. Existem conflitos — por exemplo, no Oriente Médio, como é o caso da guerra entre o Irã e o Iraque, e mesmo a confrontação bélica entre Israel e a OLP no Líbano — que ultrapassam a capacidade de controle das grandes potências — o seu poder disciplinador de polícia.

Num contexto desta natureza, é evidente que se torna muito mais complexo lidar com o conflito, coordenar a reciprocidade dos interesses e promover a cooperação entre os povos, países e economias. Daí a ponderação do Chanceler Saraiva Guerreiro, que em entrevista recente quando, ao discutir a permanente e necessária negociação que se dá entre países, disciplinada pela moldura do Direito Internacional Público, disse:

"Há uma negociação constante a nível técnico, que só pode haver porque há um quadro político que cobre essas negociações. Se esse quadro político se deteriora, ele acaba influenciando também nessas negociações".¹

Disse igualmente o Chanceler Saraiva Guerreiro, na sua exposição ao Senado, em 5 de maio de 1982, comentando a intensificação do conflito nas Malvinas, do imperativo de deter a engrenagem da guerra e a concomitante carência de recursos de poder, disponíveis para se obter uma solução pacífica:

"Nós não podemos impor uma solução pacífica. A rigor, ninguém pode: o país mais poderoso da Terra tentou e até agora não teve êxito".²

¹ Isto É, 14/7/82, n.º 290, p. 79.

² Diário do Congresso Nacional, quinta-feira, 6/5/82, p. 1396.

Esta observação, penso eu, transcende o caso das Malvinas e tem o alcance de uma avaliação objetiva sobre a presente distribuição de poder no mundo, ligada à diminuição da capacidade de gestão hegemônica, por parte das grandes potências, do uso da força em conflitos entre Estados.

I Como é que um país como o Brasil se insere num sistema internacional com as características acima apontadas?

Apesar de todas as dificuldades pelas quais atravessa o nosso país e da delicada situação de suas contas externas, que o tornam particularmente vulnerável à dinâmica de funcionamento do sistema internacional, em particular no campo econômico-financeiro, parece evidente que, nos últimos quinze anos, verificou-se um significativo crescimento econômico, um expressivo aprofundamento do processo de industrialização e uma grande diversificação, tanto da pauta de exportações, quanto de mercados externos. Em conjunto, isto significou uma alteração do peso e da escala do Brasil na vida internacional, que se tornou, por assim dizer, uma potência intermédia, ou seja, como dizia Giovanni Botero no seu *Della Ragion di Stato*: nem tão sujeito à violência, como os Estados pequenos em virtude de sua debilidade intrínseca, nem tão exposto à inveja, como os grandes.

Na avaliação do Chanceler Saraiva Guerreiro:

*"O Brasil já não é mais um país tão marginal. Nenhuma atitude, nenhuma iniciativa que toma pode ser vista como irrelevante. . . Sabemos que, quando tomamos uma posição, isso tem uma repercussão política e diplomática. Justamente esse fato, de que o país não é mais marginal, que tem uma posição dentro do contexto regional e mundial que não é irrelevante, é que leva a um maior cuidado no seu comportamento".*³

Qual é a razão deste cuidado em matéria de comportamento externo, desta prudência que, aliás, é tida pelos especialistas como uma característica típica da política exterior de países intermédios? Explica o Chanceler Ramiro Saraiva Guerreiro:

"Para um país como o Brasil, que não tem um excedente de poder nem um excedente de atração cultural, econô-

⁴ Isto É, 14/7/82, nº 290, p. 77.

*mica ou política, é indispensável que a política externa seja confiável".*⁴

Esta afirmação da importância da confiabilidade é uma escolha em matéria de estilo diplomático. Estilos diplomáticos, como se sabe, são modalidades de atuação, que assinalam recursos de competência e habilidade que, quando bem combinados e empregados, reforçam — e quando mal utilizados comprometem — a ação estratégica de um país no sistema internacional.

O Brasil não é, como as grandes potências, um país que possui um excedente de recursos de poder, nem tem, como elas, enquanto objetivo estratégico, recuperar, em novos tempos, a capacidade de gestão hegemônica da ordem mundial. O Brasil, por outro lado, não se encontra na situação dos países fracos, que, vivendo sob o peso de condicionamentos de toda ordem, ficam quase sem alternativas de atuação diplomática, numa carência de recursos de poder que os impede de alcançar os seus objetivos de transformação do sistema internacional.

O Brasil é um país intermédio na presente estratificação internacional, e, como os seus congêneres, possui alguns recursos de poder, contando no seu ativo diplomático com alguns recursos políticos e econômicos. Por isso mesmo, tem condições de, em conjunto com outros protagonistas do sistema interestatal, desempenhar um certo tipo de papel na vida internacional.

No presente momento internacional, penso que se encontra no horizonte do possível da ação diplomática das potências intermédias: (i) buscar evitar o conflito no sistema interestatal, contribuindo para a paz; (ii) ajudar a preencher o vazio e diminuir a lacuna entre países ricos e pobres; e (iii) promover a cooperação internacional, servindo de ponte entre culturas e civilizações.

Em outras palavras, e na formulação oficial da chancelaria brasileira:

"O aperfeiçoamento da boa convivência internacional é tarefa tão complexa quanto construtiva e necessária", pois ". . . o processo de diversificação de interesses já avançou tanto no plano internacional que não parece que o mecanismo simplificador representado pela confrontação" (entre as potências principais) "possa subsistir, sem que as tendências no sentido da moderação e da composição logo se

³ Isto É, 14/7/82, nº 290, p. 78.

*reafirmem. Portanto, as alternativas à confrontação merecem atenção permanente".*⁵

As alternativas à confrontação exigem, por parte das potências intermédias, um certo tipo de atuação que requer credibilidade, tanto em relação às grandes potências, quanto em relação aos países fracos. A busca e a manutenção desta credibilidade não é fácil. Exige grande competência diplomática, pois a posição das potências intermédias, ao exercerem as funções moderadoras antes mencionadas, esbarra, de um lado, com as ambições de reconstituição do poder das grandes potências e, de outro, com a urgência, combinada com impotência, dos países fracos em obter significativas transformações do sistema internacional. Daí o cuidado de que fala o Chanceler Saraiva Guerreiro, pois a diplomacia de um país intermédio, na presente conjuntura, deve transmitir, consistentemente, a *ratio* da moderação combinada com a *voluntas* da mudança, ambas necessárias para construir pacificamente um novo sistema internacional compatível com os novos imperativos e as novas realidades do mundo, na década de 80.

A credibilidade, evidentemente, não se esgota no cuidado do estilo diplomático. Ela requer, igualmente, uma efetiva correspondência entre estilo e substância; uma compatibilidade entre o quadro interno das necessidades do país e o quadro externo da sua atuação diplomática. No caso do Brasil, creio que esta compatibilidade efetivamente existe.

A grande demanda brasileira de cooperação internacional, na década de 80, necessária para encaminhar os problemas internos do país, não pode ser atendida pelos esquemas bilaterais ou multilaterais atualmente existentes. Daí a *voluntas* da transformação apresentada nos seguintes termos pela chancelaria brasileira:

*"Somos um país em desenvolvimento que necessita superar os obstáculos à afirmação nacional e ao desenvolvimento. A manutenção das atuais condições internacionais nos é nociva".*⁶

Entretanto, como existem alguns ganhos relativos, palpáveis, do Brasil na presente estrutura da estratificação internacional, estes aconselham a *ratio* da moderação. Por outro lado, cabe dizer que estes ganhos relativos, apesar de palpáveis, são modestos. Os recursos de

⁵ Conferência do Ministro Ramiro Saraiva Guerreiro na Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro, 4 de setembro de 1981, respectivamente §§ 47 e 39.

⁷ Conferência na Escola Superior de Guerra, em 4 de setembro de 1981, § 52.

⁸ Chanceler Saraiva Guerreiro, entrevista a *Isto É*, 14/7/82, n.º 290, respectivamente, pp. 76, 79 e 77.-

⁶ Cf. Conferência do Ministro Ramiro Saraiva Guerreiro na Escola Superior de Guerra, em 4 de setembro de 1981, § 51.

⁹ Exposição no Senado Federal em 5 de maio de 1982, in *Diário do Congresso Nacional*, quinta-feira, 6/5/82, p. 1394.

poder do Brasil são escassos. Por isso, os objetivos brasileiros não podem ser alcançados isoladamente, requerendo uma ação conjunta com outros protagonistas da vida internacional para viabilizar uma adequada estratégia de inserção diplomática no encaminhamento do processo de transformação do sistema internacional. Nas palavras do Chanceler Ramiro Saraiva Guerreiro:

*"Nosso papel internacional é construtivo. Favorecemos sempre a criação da confiança, a obtenção do entendimento justo, a promoção do progresso e das vantagens recíprocas, a superação do egoísmo pela cooperação. Contrariamos os privilégios de grupos restritos de Estados"*⁷

É isso tudo — em conjunto — que justifica a escolha do estilo diplomático e explica os cuidados e a preocupação com credibilidade do Itamaraty, antes mencionados, que o fizeram, no caso das ilhas Malvinas:

"... avaliar, medir quase que milimetricamente os passos a dar", ciente e consciente de que: "O país é parte de um contexto internacional. Ele tem de negociar, tem de ver quais aqueles pontos de conciliação. Nos casos mais concretos, tem de ver qual o ponto máximo em que pode ter uma satisfação dos seus interesses" — satisfação que, na avaliação da chancelaria, não transita nem pelo estilo da truculência, nem pelo das ilusões do "faz de conta", mas sim pelo da responsabilidade.⁸

III À luz das reflexões e análises antes propostas, como é que se pode examinar e avaliar a condução da diplomacia brasileira na crise das Malvinas?

Existe, evidentemente, como condição de sucesso da política exterior brasileira, uma valorização de seu contexto contíguo (os países vizinhos) e do seu contexto regional (o sistema latino-americano), que requer ao mesmo tempo abertura ao mundo como um todo.

A posição do Brasil, observou o Chanceler Saraiva Guerreiro,

*"tinha que ser uma posição que refletisse a nossa situação latino-americana, as nossas excelentes relações com a Argentina, a nossa preocupação com a região".*⁹

A densidade — passada, presente e futura — das relações do Brasil com a Argentina, uma potência intermédia como o nosso país e a chave para qualquer bem-sucedida política latino-americana brasileira, explica por que não houve, por parte do Brasil, eqüidistância. Explica também a razão pela qual, no esforço diplomático de pacificação, o Itamaraty não entrou no exame e na qualificação jurídica do uso da força por parte da Argentina, preferindo dar

*"ênfase a uma evolução pacífica da situação, sem nos manifestarmos sobre o fato em si".*¹⁰

O Reino Unido — um dos grandes centros financeiros do mundo — era, e é, nas palavras do Chanceler Saraiva Guerreiro, um

*"país com o qual não temos a mínima controvérsia e com o qual temos relações descontraindas"*¹¹

Daí uma das razões pelas quais não houve, durante a crise, um alinhamento absoluto do Brasil em relação à Argentina, mas sim um esforço

*"no sentido de circunscrever os efeitos negativos que o conflito em si mesmo acarretava, quer regionalmente, quer num ponto de vista mais geral".*¹²

Este esforço moderador exigia credibilidade, obtida em primeiro lugar pela atuação diplomática responsável, traduzida em

*"jamais termos escondido nos contactos, quer com uma parte, quer com outra, o que pensávamos. Nunca dissemos a alguém uma coisa diferente daquilo que dissemos a outro".*¹³

O estilo desta atuação diplomática combinou substantivamente a *ratio* da moderação com a *voluntas* da transformação. Daí, no correr da crise, a crítica brasileira a atitudes e medidas que feriam não apenas a Argentina, mas constituíam graves precedentes, contrários aos interesses do Brasil, da América Latina e do Terceiro Mundo no conflito Norte/Sul. Em verdade, algumas destas medidas significaram um alinhamento automático dos países desenvolvidos de mercado num esforço de reconstrução do poder do Norte no plano mundial.

É o caso das sanções econômicas contra a Argentina, que o Reino Unido obteve, primeiro da Comunidade Econômica Européia, e depois dos Estados Uni-

dos, encaradas pelo Brasil como medidas econômicas agressivas tomadas por países alheios à controvérsia e sem apoio nas normas e práticas do Direito Internacional, visto que não tinham fundamento nem no GATT, nem na Carta da ONU, nem ainda na Resolução 502 do Conselho de Segurança.¹⁴

A posição brasileira, juridicamente impecável, foi no sentido de insistir no caráter obrigatório da Resolução 502 do Conselho de Segurança, tomada no quadro do capítulo VII da Carta das Nações Unidas que, enquanto tal, a partir de sua adoção, invalidava as alegações de legítima defesa (art. 51 da Carta), tanto da Argentina como também do Reino Unido.

Esta insistência se verificou inclusive no plano multilateral, no contexto da solidariedade latino-americana. Na reunião de consulta do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca, o Brasil contribuiu para realçar a unidade indissolúvel dos três aspectos da Resolução 502: cessação das hostilidades, retirada das tropas argentinas e negociação.

Esta insistência, além de juridicamente correta, foi também politicamente sábia e responsável. Sábia e responsável porque tinha como objetivo, ao salientar a importância dos meios pacíficos de solução de controvérsias, salvaguardar, *urbi et orbi*, a tradição diplomática brasileira de condenação do uso da força no plano internacional. Esta condenação do uso da força, no entanto, não foi formulada de maneira abstrata e formal. Ela levava em conta — e afirmava, inclusive, no plano multilateral — os direitos argentinos, que o Brasil sempre e consistentemente sustentou. Nas palavras precisas do Chanceler Saraiva Guerreiro:

"Na verdade, têm sido acentuados, desde o início, dois pontos. Um é que nós, ainda no ano de 1833, quando a Grã-Bretanha ocupou, pela força, as Malvinas, expulsando o governador argentino, e o governo de Buenos Aires disso informou o governo imperial, o governo brasileiro, a Regência, instruiu o seu ministro plenipotenciário em Londres a secundar as gestões de protesto do representante argentino.

"Desde então, nunca houve ou um laudo arbitral ou sentença judicial internacional ou tratado que dessem uma validade jurídica, erga omnes, para todos, a essa ocupação das Malvi-

¹⁴ Cf. Exposição do Chanceler Saraiva Guerreiro no Senado in *Diário do Congresso Nacional*, quinta-feira, 6/5/82, p. 1394.

¹⁰ Chanceler Saraiva Guerreiro, exposição no Senado Federal em 5 de maio de 1982 in *Diário do Congresso Nacional*, quinta-feira, 6/5/82, p. 1399.

¹¹ *Isto É*, 14/7/82, n° 290, p. 77.

¹² *Isto É*, 14/7/82, n° 290, p. 76.

¹³ *Isto É*, 14/7/82, n° 290, p. 76.

nas. E o próprio decurso de prazo não revestiu essa situação de fato de um valor jurídico incontroverso, posto que o país prejudicado manteve, nesses 149 anos, uma atitude de protesto e reclamação, sem interrupção. "Durante dezessete anos, desde 1965, a Organização das Nações Unidas se ocupa do assunto. Há várias resoluções; e resoluções principais, no quadro do grande tema da descolonização: uma tomada em 1965. Outra, em 1973; outra em 1976, pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em que se recomenda às partes a negociação; o Brasil votou a favor dessas resoluções e nunca se chegou a um resultado apreciável.

"A grande preocupação nossa, como a de todo mundo, no momento, entretanto, é deter a engrenagem da violência e ver se podemos reverter esse processo e voltar a um quadro de negociações dentro de um espírito de conciliação, de justiça. Tudo que temos feito, procurado fazer, desde então, não foge a este objetivo; isso explica essencialmente qual é o espírito nosso"¹⁵

Esta postura explica as razões pelas quais o Brasil não adotou na controvérsia das Malvinas a atitude de "neutralidade absoluta" que alguns críticos da política exterior brasileira reclamaram. Na linha da *ratio* de moderação combinada com a *voluntas* da transformação, o Brasil valorizou a sua relação com a Argentina e a sua preocupação com a região e a paz, mostrando que a Resolução 502 não significava uma volta ao *statu quo ante*, visto que a resolução previa negociação entre as partes.¹⁶ Estas, no entender do Chanceler Saraiva Guerreiro, eram indispensáveis, pois não se resolvem "as questões no âmbito internacional, a não ser em caso extremo, com as soluções mecânicas, as soluções militares, embora nós vejamos a cada momento essa ilusão voltar à tona".¹⁷

O desfecho da crise, com a vitória militar da Grã-Bretanha, trouxe, momentaneamente, para o Atlântico Sul uma *paz de poder*. Esta paz é instável porque tem como nota típica apenas a ausência de guerra, e é o produto da coligação preponderante de forças que a Grã-Bretanha, com o apoio dos Estados Unidos, conseguiu mobilizar contra a Argentina. Ela não resulta da confiança recíproca, pois a controvérsia permaneceu no qua-

dro de um sistema interamericano em crise agudizada pelo alinhamento dos Estados Unidos com a Grã-Bretanha.

Com efeito, apesar da indiscutível importância, para toda a América Latina, dos Estados Unidos, a verdade é que, no momento de aprofundamento da crise, a diplomacia norte-americana reconsiderou seus caminhos: deixou de tentar deter a engrenagem da guerra e reafirmou, com o seu apoio, os laços com o Reino Unido, com tudo que isso significava no campo das relações Leste/Oeste e Norte/Sul.

Neste contexto, vieram à tona as inconsistências do sistema interamericano, construído no segundo pós-guerra, com base num abrangente círculo de interesses, valores e recursos de poder dos Estados Unidos, de alcance planetário, no âmbito do qual viram-se inscritos os interesses, os valores próprios e os recursos de poder dos países latino-americanos. Na presente conjuntura internacional, assinalada pela cisão entre ordem e poder, estes pressupostos desapareceram com a deterioração do quadro político e econômico no qual tiveram origem. Na clara e expressiva formulação de Hélio Jaguaribe:

*"A OEA perdeu legitimidade porque perdeu representatividade. E o TIAR perdeu viabilidade porque os inimigos deixaram de ser comuns, no âmbito interamericano".*¹⁸

O Brasil, que com grande sucesso conseguiu, durante a crise das Malvinas, contribuir, tanto no plano bilateral quanto no multilateral, para "circunscrever os efeitos negativos do conflito" — sucesso que deve ser creditado à alta competência diplomática da chancelaria brasileira —, tem agora pela frente a tarefa de contribuir para circunscrever os efeitos negativos de "uma solução mecânica".

No caso específico das Malvinas isto envolve, nos planos bi e multilateral, a reiteração da posição brasileira tanto em relação aos direitos argentinos no âmbito do grande processo mundial de descolonização, quanto à concomitante necessidade de uma solução negociada para o problema, como meio de superar a instabilidade da atual *paz de poder*.

É evidente que uma paz de satisfação, a ser negociada, transita pelos interesses da Grã-Bretanha. Requer, igualmente, uma adequada tutela jurídica dos direi-

¹⁵ Exposição do Chanceler Saraiva Guerreiro no Senado Federal in *Diário do Congresso Nacional*, quinta-feira, 6/5/82, p. 1393.

¹⁸ Hélio Jaguaribe, "Reflexões sobre o Atlântico Sul", *Folha de S. Paulo*, 26/6/82, p. 3.

¹⁶ Cf. Exposição do Chanceler Saraiva Guerreiro no Senado Federal in *Diário do Congresso Nacional*, quinta-feira, 6/5/82, p. 1400.

¹⁷ Isto é, 14/7/82, nº 290, p. 78.

tos dos cerca de 1.800 habitantes britânicos das ilhas — parte significativa dos quais constituem uma população flutuante, funcionários do governo inglês ou da Falkland Island Co. Creio, no entanto, que no horizonte de uma visão jurídico-política, atenta à lógica do razoável e em consonância com os fatos e valores atualmente em jogo no cenário mundial — inclusive o tema da descolonização —, o caminho desta tutela não passa pelo princípio da autodeterminação dos povos do Direito Internacional Público. Trata-se de problemas e temas que, pela sua escala, melhor se ajustam aos princípios do Direito Internacional Privado.

No caso dos efeitos mais amplos provocados pela "solução mecânica", cabe lidar com a erosão da moldura institucional do sistema interamericano.

"Que há, de jato, uma crise no sistema, é evidente e é um fato político. Basta ver as diversas declarações de países do continente. E, uma crise, não significa necessariamente o estilhaçamento",

observou o Chanceler Saraiva Guerreiro na sua exposição ao Senado Federal.¹⁹

Qual é a razão desta preocupação de âmbito multilateral e por que deve ser ela, a meu ver, inserida na agenda de uma diplomacia que combina a *raito* da moderação com a *voluntas* da transformação? Porque a América Latina, como apontou Hélio Jaguaribe, com a erosão das instituições básicas do sistema interamericano, se vê diante da falta de instrumentos e instituições apropriados para preservar seus interesses e valores face à clivagem Leste/Oeste e Norte/Sul que divide o mundo.

Com efeito, a crise das Malvinas evidenciou a vulnerabilidade dos países latino-americanos, que estão expostos a forças mundiais extremamente poderosas, que nenhum deles pode, em conjunto ou isoladamente, enfrentar. Estados nacionais como a Grã-Bretanha, além de disporem de poder próprio muito superior ao de qualquer país latino-americano, acham-se também protegidos por sistemas de cooperação coletiva (NATO, MCE, OECD) que continuam eficazes e que multiplicam suas potencialidades econômico-militares.²⁰

Neste contexto, o primeiro ponto a ser realçado é a própria idéia de uma intensificação da cooperação e do entendimento dentro da própria América La-

²¹ Cf. Chanceler Saraiva Guerreiro, entrevista a *Isto é*, 14/7/82, n.º 290, p. 78.

¹⁹ In *Diário do Congresso Nacional*, quinta-feira, 6/5/82, p. 1401.

²⁰ Cf. Hélio Jaguaribe, "Reflexões sobre o Atlântico Sul (2)", *Folha de São Paulo*, 1º/7/82, p. 3.

tina.²¹ Com efeito, a crise demonstrou que as potencialidades dos países desenvolvidos são na linha da reconstrução oligárquica do poder no plano mundial. Estas potencialidades se sustentam inclusive pelas próprias características de atuação da URSS.

A URSS experimentou, sem dúvida nenhuma, na última década, um crescimento expressivo de seu poder militar, que oferece a este país novas oportunidades de participar na condução e no encaminhamento das controvérsias e tensões internacionais. Esta expansão, no entanto, é balizada pela prudência de uma grande potência que amainou o seu impacto revolucionário e que está interessada em manter sua posição no sistema internacional. Por isso, prefere explorar situações que oferecem baixos riscos e altas oportunidades — como é o caso de Angola, Iêmen, Vietnam e mesmo o Afeganistão.

A América Latina, por uma série de circunstâncias, entre as quais cabe mencionar o seu passado histórico e o seu atual contexto geográfico e político, não se amolda facilmente a estas situações atrás referidas, que ensejam o enredamento de um conflito Norte/Sul no imponderável de uma confrontação Leste/Oeste. A própria conduta da Argentina no mais aceso das Malvinas confirma esta observação. Este é um dado objetivo da realidade internacional no âmbito do conflito Leste/Oeste que deve ser levado em conta pelo Brasil e pela América Latina no contexto das relações Norte/Sul.

Neste sentido, concluo reafirmando que cabe ao Brasil e às potências intermédias um papel na presente conjuntura: (i) o de buscar evitar que as potencialidades de reconstituição de poder do Norte desenvolvido não se encaminhem para as novas modalidades de gestão oligárquica da ordem mundial; e (ii) o de contribuir para que, nos paradoxos da situação presente, se descubram novas modalidades de ação conjunta que, sob o signo da equidade e da democracia, levem à elaboração de padrões adequados do responsável e do irresponsável, do lícito e do ilícito, que evitem, igualmente, o risco da anarquia que ameaça a paz mundial.

Celso Lafer é professor de Direito Internacional Público na Faculdade de Direito — USP e Conselheiro da FIESP.

**Novos Estudos Cebrap, São Paulo,
v. 1, 4, p. 15-20, nov. 82**